



Trabalho apresentado no 13º CBCENF

Título: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE DO PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 2

Autores: JONATHAN VELOSO COSTA (Relator)
ANA ROBERTA VILAROUCA DA SILVA
LAÍS EVÊNCIO BERNARDES
SUYANNE FREIRE DE MACÊDO
ROBERTO WAGNER JÚNIOR FREIRE DE FREITAS

Modalidade: Pôster
Área: Ensino e pesquisa
Tipo: Pesquisa

Resumo:

Desde 1960, no Brasil, houve uma redução das doenças infecto-contagiosas e aumento substancial das doenças crônico-degenerativas, dentre as quais, destaca-se o diabetes mellitus (DM) devido, sobretudo, à alta prevalência e às co-morbidades associadas. Diante do grande impacto que pode ocorrer na qualidade de vida dos portadores de DM, o sistema público de saúde é desafiado a garantir acompanhamento sistemático desses indivíduos e a desenvolver ações referentes à promoção da saúde e à prevenção de outras doenças crônicas não transmissíveis. Atualmente, há um aumento crescente da prevalência do diabetes mellitus tipo 2 (DM2) na população. Dessa forma, buscou-se refletir sobre as políticas públicas voltadas ao portador de DM2 por meio da análise do Manual de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus e do Caderno de Atenção Básica número 16, tomando como base os pressupostos da promoção da saúde, seguindo os padrões da Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Por meio dessa análise, pode-se concluir que aspectos importantes como: intersetorialidade, autonomia do sujeito e participação comunitária não estão suficientemente contemplados nas publicações analisadas. O enfoque é direcionado para o diagnóstico precoce, redução dos fatores de risco e complicações da doença, em detrimento de uma visão positiva da saúde, que priorize a educação em saúde permanente, abrangendo todas as áreas que circunscrevem o indivíduo, ou seja, que vão além do setor saúde. Mesmo diante dessas lacunas, na prática, observa-se que o dilema maior relacionado à promoção da saúde deve-se às iniquidades sociais existentes no contexto brasileiro. Como exemplo, reitera-se que o sistema de saúde muitas vezes, não consegue garantir nem mesmo a realização de exames de rotina. Além disso, é difícil promover ambientes favoráveis à saúde do indivíduo quando falta o mínimo necessário como uma alimentação digna. Perante a carência de algumas comunidades e partindo do princípio de que se está tentando promover a saúde de indivíduos que possuem uma enfermidade, no caso o diabetes, entende-se que as recomendações do Ministério da Saúde são pertinentes e representam um pequeno passo em direção à promoção da saúde. Porém, ainda há muito a se fazer, principalmente no que diz respeito à garantia de estruturas que possam promover a adoção de hábitos saudáveis, aliando-se, dessa forma, a combinação de autonomia pessoal e responsabilidade social.